

A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique

Armindo Saúl Atelela Ngunga*

ORCID iD 0000-0002-7289-2621

Resumo (português): O presente trabalho pretende discutir a toponímia (do gregos τόπος, "lugar", e ὄνομα, "nome", significando, portanto, "nome de lugar") e sua relação com a diversidade linguística de Moçambique. O pressuposto do presente estudo é de que um país multilingue e multicultural como Moçambique deve ser um espaço para cada língua se manifestar e se ver reflectida na geografia e na história do país em prol da consolidação da história colectiva comum que justifica a partilha do espaço dentro das fronteiras. O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto que se propõe a discutir, mas contribuir para uma reflexão aberta e franca sobre estes dois assuntos, geralmente tabus, no dia-a-dia dos cidadãos, toponímia e diversidade linguística. Em termos de organização, depois da introdução, o estudo apresenta a situação linguística de Moçambique, descrevendo a sua complexidade e focalizando no espaço político e social da língua portuguesa no país. Em seis secções, o texto discute a diversidade linguística de Moçambique contemporâneo e um estudo diacrónico da toponímia que inicia antes da chegada dos estrangeiros até ao presente. O texto apresenta também alguns conceitos básicos através de breves definições. A seguir, apresenta a diversidade linguística de Moçambique com enfoque para a situação da língua portuguesa, seguido de um breve historial da toponímia em Moçambique. Depois, aponta alguns desafios para o Instituto Nacional de Nomes Geográficos de Moçambique (INGEMO) e, finalmente, apresenta algumas conclusões das discussões desenvolvidas ao longo do texto.

Palavras-chave: Moçambique; toponímia; topónimo; linguística

Meena ga maalo ni wiinji wa yiveeceto m'Masambiiki

Mwa n'kato: Adi diseengo-di dikuveeceta ya kwaamba toponiimiya (diilove dya civeeceto ca Cigeleego τόπος, "maalo", ni ὄνομα, "diina", maluumbo gaakwe ni "diina dya maalo") ni kwiimilana kwa kulekaangana-lekaangana kwa yiveeceto ya m'Masambiiki. Adi disoomo-di dikutyoocelela mwa kuti cilaambo ca yiveeceto yeejiinji ni ngosyo syeejinji m'pela Masambiiki laasima civeeje maalo ga kuti cila civeeceto cikoleje m'paata wa waakwe wa kudilocesya ni kudiipatisya dipeesa n'cilaambo ni mu mbidi sya kala pa kusoosa kusikosya macidi kuti vaandu woosepe mwa aveelele n'cilaambo muno amanyiceje kuti kweedi adi vamo ni alolaga akutaama n'kati mwa mipika jimo. Adi diseengo-di ngadikudiiicila pa kuti yoosepe ciyikoombolece kuyivalaanganya mulakwe-mo, naambo kukoomboleka koonjecesya wumanyiidisi wa kwaamba yele yiindu yividi-yi: toponiimiya ni kulekaangana-lekaangana kwa yiveeceto. Pa kugolocesya diseengo-di ditiite iyi: pa kumala malove ga kuwugudila, gakukuuya malove ga wuve wa yiveeceto m'Masambiiki, kusaadicisyaaga ya yitiite kutupa ni kulekaangana-lekaangana, naambo kwaambaga n'nope n'nope mu ndale ni maalo ga Cipwitikiisi n'cilaambo muno. N'nyigawo n'saanacimo, suula-ji jikuvalaanga ya kulekaangana-

* Moçambicano, Doutor em Linguística pela Universidade de Califórnia (USA) em 1997, professor catedrático em Linguística Africana, docente da Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Foi Diretor na mesma Faculdade, foi diretor do Centro de Estudos Africanos, é autor de livros, capítulos, artigos e outras produções científicas. Orientou e ministrou aulas nos cursos de graduação e pós-graduação em Moçambique, no Brasil, Na Suécia, nos Estados Unidos, em Portugal, no Zimbábue, e na Tanzânia. O Professor Armindo Ngunga é membro da Academia Africana de Línguas e Presidente da Associação Linguística das Universidades da SADC. Em reconhecimento da sua vasta produção científica, a Universidade Eduardo Mondlane distinguiu o Professor Armindo Ngunga com o Prémio de Excelência em Investigação do 1º Grau em 2014. Foi Vice-Ministro da Educação de Moçambique e atualmente foi ex-Secretário de Estado na Província de Cabo Delgado e é Presidente do Conselho de Administração da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte.

lekaangana kwa yiveeceto m'Masambiiki mwa leelo pamo ni masoomo ga toponiimiya kutaanda kuciikala kabula ja kuyika vaandu va yilaambo ya kuusa m'paka saano. Suula-ji sooni jikulosya malove ga gakutumicilwa mulakwe-mo ni maluumbo gaakwe. Pa kumala yele, jikulosya wulekaangane-lekaangane wa yiveeceto ya m'Masambiiki, naambo meeso gadi n'kuloleecesya n'Cipwitikiisi, kuloondeceyaga ni mbidi ja kala ja toponiimiya m'Masambiiki. Pawujo mwaanja-po, jikulosya ya wutiite wutupicilwe maseengo Wooepesi wa Kuloondesya Ngaani sya Meena ga Maalo n'Cilaambo Moose. Paambesi paakwe, ni jikuleka malove ga kuwugadila kwa ngaani sya sileembekwe mwele n'suula-mu.

Malove ga kiiyi: Masambiiki; Toponiimiya; diina dya maalo; kulekaangana-lekaangana kwa yiveeceto

Toponymy and linguistic diversity in Mozambique

Abstract (english): The present work intends to discuss toponymy (from the Greek τόπος, "place", and ὄνομα, "name", meaning, therefore, "place name") and its relation with the linguistic diversity of Mozambique. The assumption of the present study is that a multilingual and multicultural country like Mozambique should be a space for each language to express itself and be reflected in the geography and history of the country in order to contribute to the consolidation of the common collective history that justifies the sharing of space within borders. The present work does not intend to exhaust the subject that is proposed for discussion, but to contribute to an open and frank reflection on these two subjects, usually taboos, in the daily life of the citizens: toponymy and language diversity. In terms of organization, after the introduction, the study presents the linguistic situation of Mozambique, presenting a description of its complexity and focusing on the political and social space of the Portuguese language in the country. In six sections, the text discusses the contemporary linguistic diversity of Mozambique and a diachronic study of the toponymy from the period before the arrival of the foreigners to the present. The text also presents some basic concepts in the form of brief definitions. It presents the linguistic diversity of Mozambique with a focus on the situation of the Portuguese language, followed by a brief history of the toponymy in Mozambique. Then, it points out some challenges for the National Institute of Geographical Names of Mozambique (INGEMO) and, finally, presents some conclusions of the discussions developed throughout the text.

Keywords: Mozambique; toponymy; Place name; linguistics

Introdução

Como animal, o ser humano distingue-se dos outros animais por causa, principalmente, de ter a língua como meio de comunicação, através da qual com os seres iguais ele troca mensagens, exprime os seus sentimentos, as suas ideias, a sua visão do mundo e da vida, nomeia os outros seres, os rios, as montanhas, os lagos, os relevos, as vias de acesso, os oceanos, enfim, as estrelas do céu e todos os seres do universo. Enquanto a Linguística estuda o fenómeno da linguagem, em geral, e a língua, em particular, a onomástica (do grego ὀνομαστική, *ato de nomear, dar nome*) é uma parte da linguística, com ligações com a história, política, antropologia, arqueologia e a geografia, que estuda os nomes próprios de todos os géneros, das suas origens e dos processos de denominação..." (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lingu%C3%ADstica>). Acessado a 28/06/2016). Nessa capacidade, ela conhece várias divisões definidas de acordo com a classe específica dos nomes a estudar, entre os quais se podem apontar as seguintes:

Antroponímia, nomes de seres humanos;

Coronímia, nomes de subdivisões administrativas e de estradas;

Hidronímia, nomes de rios e outros cursos de água;

Limnonímia, nomes de lagos;

Oronímia, nomes dos montes e outros relevos;

Talassonímia, nomes de mares e oceanos.

Toponímia (do gregos τόπος, "lugar", e ὄνομα, "nome", significando, portanto, "nome de lugar") é a divisão da onomástica que estuda os topónimos, ou seja, nomes próprios de lugares, da sua origem e evolução é o estudo etimológico (origem e significado) dos topónimos, isto é, nomes de lugares (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lingu%C3%ADstica>).

O presente trabalho vai dedicar-se à discussão da relação entre a toponímia e a diversidade linguística em Moçambique, com vista a contribuir para uma reflexão aberta e franca sobre estes dois assuntos, geralmente tabus, no dia-à-dia dos cidadãos. Como é de se imaginar, trata-se de um tema cujo tratamento não se pode ter a pretensão de se esgotar no espaço como o que se nos oferece. A presente comunicação vai-se desenvolver na prossecução dos seguintes objectivos:

- a) Discutir a situação linguística de Moçambique;
- b) Propor uma reflexão sobre a situação actual da toponímia em Moçambique e os desafios que ainda se colocam;
- c) Relacionar a toponímia moçambicana com a diversidade linguística de Moçambique;
- d) Discutir aspectos da história dos nomes geográficos de Moçambique;
- e) Argumentar a favor da adopção ortografia padronizada das línguas moçambicanas na escrita dos nomes geográficos moçambicanos.

Para se alcançar os objectivos acima, o texto está organizado em 5 secções. Depois da (1) Introdução, o texto apresenta (2) Alguns conceitos básicos sob a forma de breves definições. A seguir, apresenta (3) A diversidade linguística de Moçambique com enfoque para a situação da língua portuguesa, seguido de um (4) Breve historial sobre a toponímia em Moçambique. Depois, aponta (5) Alguns desafios para o Instituto Nacional de Nomes Geográficos de Moçambique e, finalmente, apresenta algumas (6) Conclusões das discussões desenvolvidas ao longo do texto.

1 Alguns conceitos básicos

Diferente da situação linguística de Moçambique que tem sido objecto de estudos e trabalhos relativamente numerosos (Cabral 1975; Cardoso 2005; Firmino 2000; Gonçalves e Chimbutane 2015; Katupha 1988; Liphola 1995, 2009; 1999; Ngunga 1987, 2008, 2009, 2011, 2012a, 2012b, Veloso 1996, Yai 1983, só para mencionar alguns) e bem conhecidos pelo público moçambicano, os estudos sobre a Toponímia moçambicana são muito escassos (Mangueze 2009; Ngunga 2012; Rafael 2014a, b, 2015a, b). Para salvaguardar a eventualidade de alguns leitores deste artigo não estarem familiarizados com esta matéria, achou-se por bem antecipar a explicação de alguma metalinguagem que pode não ter sido vista antes. Para quem esta situação não se aplique, convida-se a visitar alguns conceitos aqui abordados porque, mesmo sendo conhecidos, podem não ser exactamente no sentido em que aqui são usados.

Acidente geográfico – “superfície da terra ou água, que contraste com a área contígua ou circunvizinha, nomeadamente, rios, montes, montanhas, lagos, lagoas, penínsulas e baías.” (Boletim da república, I Série, Número 50, de 23 de Julho de 2014).

Avenida – “via pública, urbana, de dimensões maiores às de uma rua, em geral, composta de várias faixas de rodagem.” (Boletim da república, I Série, Número 50, de 23 de Julho de 2014).

Línguas moçambicanas – línguas bantu faladas em Moçambique como línguas maternas de habitantes de pelo menos uma localidade inteira.

Linguística – o estudo científico da Linguagem.

Nomes – também chamados substantivos em muitos livros de gramática tradicional, são palavras variáveis que se usam para designar diversas realidades entre concretas e abstractas, objectos, seres, pessoas, lugares.

Nomes geográficos – aqueles que se usam para designar lugares ou espaços na superfície terrestre. Muitas vezes, para efeitos do presente trabalho, esta expressão poderá ser usada no sentido de toponímia tal como foi definida anteriormente.

1.1. Diversidade linguística de Moçambique

Como é sobejamente sabido, Moçambique é um país multilingue e multicultural. Nele, a língua portuguesa, língua oficial, coexiste com pouco mais de vinte línguas do grupo bantu. O conceito de diversidade linguística de Moçambique resulta do facto de

este espaço geográfico que também é espaço linguístico, ser partilhado por diversas línguas com predominância de línguas do grupo bantu. Os nomes das línguas deste grupo são homónimos dos nomes dos grupos étnicos que as têm como línguas maternas e delas se servem na sua comunicação diária. Por isso é que, nestas línguas, “o prefixo que indica nome de língua é o mesmo que indica maneira de ser do povo que a fala, o comportamento, os hábitos, a cultura” (Ngunga, 2009 : 3). O mais difícil entre os moçambicanos, independente do tipo e nível de formação, tem sido, ao longo dos tempos, responder a uma pergunta tão simples como “quantas línguas são faladas no país? A tabela 1 ilustra a falta de consenso na resposta à esta questão:

Tabela 1: Número de línguas: várias fontes, vários números

Nº	Fonte	Ano	Nº de línguas
1	Cabral	1975	15
2	Cardoso	2005	25
3	Conselho Coordenador do Recenseamento	1983	16
4	Firmino	2000	24
5	Katupha	1988	13
6	INE	2010	21
7	Liphola	2009	41
8	Lopes	1999	20
9	Marinis	1981	8
10	Matsinhe	2005	19
11	NELIMO	1989	20
12	Ngunga	1987	33
13	Ngunga	1992	21
14	Yai	1983	13

Fonte: Ngunga (2011), in *Journal of Multilingual Discourse*.

A tabela 1 mostra a diversidade de respostas que a pergunta feita acima foi tendo ao longo dos tempos. Observe-se que em alguns casos até os mesmos autores respondem à mesma questão de formas diferentes em ocasiões diferentes. Tais são os casos dos dados dos recenseamentos de 1980 (Comissão Nacional do Plano – 3 na tabela) e de 2007 (INE 2010 – 6 na tabela) e Ngunga (1987 e 1992) – 12 e 13 na tabela, o que se pode justificar com a eventualidade de recurso à uma diversidade de metodologias. Facto curioso é a coincidência de entre o número 6 da tabela e o número 13, e a quase coincidência entre estes números e os números 8 e 11. Isto sugere que apesar de haver casos de 8 (número 9 na tabela), 13 (números 5 e 13 na tabela), 15

(número 1 na tabela), 16 (número 3 na tabela) e 19 (número 10 a tabela), parece ser razoável considerar-se que em Moçambique existam pelo menos 20 línguas. Isto é, o número vinte seria provavelmente a referência mais próxima da realidade ainda desconhecida. Portanto, não é nada demais.

Os linguistas chamam a isto riqueza, uma vez que, havendo vontade de fazer acontecer as coisas, esta complexidade não propicia nenhum tipo de desordem social. Pelo contrário, ajuda a aprender a viver e crescer num convívio harmonioso, respeitando as diferenças. Em Moçambique, há mais de vinte anos que os linguistas fazem esforço, visando a harmonização da ortografia de línguas moçambicanas, o seu desenvolvimento e a promoção do seu uso. Os resultados desses esforços são sobejamente conhecidos. Apesar disso, esforços realizados no sentido de padronização da ortografia das várias línguas conduziram à proposta de um conjunto de regras e símbolos que permitem que sabendo ler uma língua, uma pessoa possa ler as outras.

Esta tabela foi peneirada no censo de 2007, cujos dados foram publicados pelo INE (2010) e com base nos quais Ngunga e Bavo (2011) produziram a tabela que se segue:

Tabela 2: Línguas faladas pela população de 5 ou mais anos de idade

Nº	Línguas	Falantes	%	Províncias onde são faladas
1	Makhuwa	4,097,788	26.1	C. Delgado, Nampula, Niassa, Sofala, Zambézia
2	Portuguese	1,693,024	10.8	Todas as províncias
3	Changana	1,660,319	10.5	Gaza, Maputo, Maputo Cidade, Inhambane, Niassa
4	Sena	1,218,337	7.8	Manica, Sofala, Tete, Zambézia
5	Lomwe	1,136,073	7.2	Nampula, Niassa, Zambézia
6	Nyanja	903,857	5.8	Niassa, Tete, Zambézia
7	Chuwabu	716,169	4.8	Nampula, Sofala, Zambézia
8	Ndau	702,464	4.5	Manica, Sofala
9	Tshwa	693,386	4.4	Gaza, Inhambane, Maputo, Sofala
10	Nyungwe	457,292	2.9	Manica, Tete
11	Yaawo	341,796	2.2	Cabo Delgado, Niassa

12	Copi	303,740	1.9	Gaza, Inhambane, Maputo, Maputo Cidade
13	Makonde	268,910	1.7	Cabo Delgado
14	Tewe	259,790	1.7	Manica
15	Rhonga	235,829	1.5	Gaza, Maputo, Maputo Cidade, Inhambane
16	Tonga	227,256	1.5	Gaza, Inhambane, Maputo, Maputo Cidade
17	Manyika	133,961	0.9	Manica
18	Cibalke	112,852	0.7	Manica
19	Mwani	77,915	0.5	Cabo Delgado
20	Koti	60,771	0.4	Nampula
21	Shona	35,878	0.2	Tete
22	Swahili	15,255	0.1	Cabo Delgado
	Other MTs	310,259	2.0	Todas as províncias
	Sign Languages ¹	7,503	0.05	Todas as províncias
	Total	15,670,424 ²	100.0	Todas as províncias

Fonte: Ngunga e Bavo (2011).

Como se viu acima, esta lista só vale por ser a última lista oficial de línguas tidas como maternas de um número significativo de moçambicanos. Ela deve ser aceite e tida como meio de trabalho a quem este assunto interesse, sem entrar na polémica que a tabela 1 sugere, apoiada pela tabela 2, devido à divergências de pontos de vista sobre aspectos teórico-metodológicos que se resumem nos conceitos de língua vs. dialecto.

1.2.Situação da língua portuguesa em Moçambique

De acordo com a Constituição da República “Na República de Moçambique, a língua portuguesa é a língua oficial” (Artigo 10). Todavia, reconhece Moçambique como um país multilingue e, por conseguinte, multicultural porque, apesar de Português ser a única língua oficial, a comunicação entre mais de 80% dos cidadãos deste país é feita em

¹ Aqui chamada “língua dos surdos”.

² Total de moçambicanos de mais de 5 anos de idade.

línguas do grupo bantu, através das quais expressam a sua relação com a sua terra e com os seus antepassados, expressam a sua cultura, a sua moçambicanidade.

São estas várias línguas que, juntas, constituem, por assim dizer, o principal substrato linguístico de Moçambique, que o “Estado valoriza (...) como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade” (Artigo 9). Ao abrigo do artigo 9, foram introduzidas 16 línguas moçambicanas no Sistema Nacional da Educação, um processo que tem conhecido hesitações e cepticismo da parte dos profissionais e gestores do sistema da educação no país.

Em parte, esta hesitação e este cepticismo parece dever-se ao fato de a língua portuguesa ser a única língua da administração, de prestígio, da justiça, e por muito tempo única língua da educação formal em todo o sistema de Educação sendo, por isso, a língua de acesso ao emprego a melhores condições de vida. Enfim, a língua de exclusão social sem o conhecimento da qual não se consegue emprego. A tabela 3, a seguir, apresenta o número de falantes da língua portuguesa como língua materna em Moçambique, bem como a sua distribuição por província e a percentagem que representam em cada uma.

Tabela 3: Falantes da língua portuguesa como língua materna por província.

	Província	População total	Nº de Falantes	%
1	Maputo Cidade	959,474	412,162	43.0
2	Maputo Província	1,025,871	283,665	27.7
3	Sofala	1,338,709	177,655	13.3
4	Zambézia	3,021,246	277,906	9.2
5	Nampula	3,183,399	277,223	8.7
6	Niassa	904,784	61,223	6.8
7	Manica	1,131,269	64,057	5.7
8	Inhambane	1,058,135	57,782	5.4
9	Gaza	1,024,911	49,231	4.8
10	Cabo Delgado	1,306,724	44,914	3.4

11	Tete	1,415,977	44,988	3.3
----	------	-----------	--------	-----

Fonte: INE (2010). www.ine.gov.mz

A tabela acima mostra a distribuição, no país, de número de falantes de português como língua materna entre os cidadãos de cinco anos ou mais de idade à data do censo de 2007, numa população de pouco mais de 15 milhões de pessoas. Vale acrescentar que maioria destes falantes de Português como língua materna fala alguma língua moçambicana por ser língua de seus pais ou seus avós.

2. Breve historial da toponímia em Moçambique

A toponímia serve para marcar, definir e identificar o espaço, não só como território, mas sobretudo como espaço onde nos podemos localizar em caso de necessidade, incluindo o endereçamento, pois

Quer para a entrega de correspondências quer para a localização de moradas para quaisquer outros fins (p. ex. bombeiros e ambulâncias), é condição indispensável ter designações toponímicas de referência estruturada, de acordo com uma lógica simples de entender, tanto quanto possível uniforme e estável no tempo” [s/a, s/d:1].

Se a história é a ciência que estuda os acontecimentos do passado, incluindo as razões por que eles tiveram lugar, e a Geografia a ciência que estuda a terra ou o espaço terrestre onde os acontecimentos históricos (e outros) têm lugar, pode-se imaginar o que seriam estas ciências e outras sem a toponímia! Talvez pudessem existir, mas não se pode imaginar sem palavras para designar os nomes dos lugares onde os eventos acontecem. Portanto, embora a geografia não precise de estudar especificamente os nomes, ela precisa desses nomes que designam o seu objecto de estudo, o lugar onde os eventos históricos têm lugar. É claro que os nomes não fazem os lugares, mas dão uma referência indispensável a quem se interesse por estas ciências, e outras como a astronomia, a antropologia, a arqueologia, a política, etc., nenhuma das quais tem de estudar a toponímia, domínio de uma área especializada de linguística.

Como se pode notar, é incomensurável a importância do estudo da origem e evolução dessas palavras que se usam para designar lugares. Em Moçambique, a história da toponímia é igual à história do que antes eram regiões habitadas por comunidades e nações sem as fronteiras actuais do país que conhecemos. Nuns casos sabemos o que

efectivamente aconteceu, noutros casos aproximamos factos para adivinharmos o que aconteceu e noutros ainda especulamos ou inventamos.

Os casos mais recentes, porque a atribuição de topónimos é um processo dinâmico e constante, são bem conhecidos por nós porque, como mortais, alguns queremos ver o nosso antropónimo transformado em topónimo como forma de nos vermos imortalizados mesmo que não tenhamos feito bastante para isso. Às vezes até podemos fazer alguma coisa, como todos fazemos, e termos o azar de o que fazemos não entrar nos parâmetros reconhecidos pela sociedade como os aceitáveis para se imortalizar o seu autor.

Como se sabe, quando chegaram a esta parte da África, os portugueses encontraram uma realidade, encontraram céu, mar, pessoas e terra com todos os acidentes geográficos hoje por todos conhecidos. A terra, os territórios e seus conteúdos tinham seus nomes de acordo com as várias línguas das pessoas que ali (e muitos deles ainda vivem, mesmo que mortos!), como testemunham hoje alguns exemplos que se seguem:

1. Mukwampa (Cuamba)
Makoloje (Macaloge)
Ntipwehi (Montepuez)
Angoci (Angoche)
Ulongwe (Ulongue)
Guruwe (Guruè)
Katandika (Catandica)
Gorongosi (Gorongosa)
Matshitshi (Maxixe)
Chokwè (KaXokwe)
Murakweni (Marracuene)
Mfumu (KaMpfumu)



Em (1) apresentamos *endónimos*³ de alguns distritos de Moçambique achados aleatoriamente, usando a ortografia padronizada das línguas moçambicanas, cujos *exónimos*⁴ estão apresentados entre parêntesis para facilitar a leitura a quem esteja familiarizado exclusivamente com a ortografia oficial que é da língua portuguesa. Desta forma, tentava-se apagar a diversidade linguística escrevendo todos os nomes das diferentes línguas na ortografia de uma única língua. Além disso, encontrando estas terras designadas da forma como aqui estão representadas por escrito, fizeram guerra aos donos e tomaram-nas para si e, depois, para dar a conquista como facto consumado, começaram a alterar os topónimos, o que resultou no seguinte:

³ Endónimos = topónimos escritos na grafia da língua fonte (Rafael 2015);

⁴ Exónimos = topónimos escritos na grafia da língua estrangeira (Rafael 2015).

2. Makoloje	→	Miranda (Vila Miranda)
N'simbwa	→	Mocimboa da Praia (Vila de Mocímboa da Praia)
Angoci	→	António Enes (Cidade de António Enes)
Ulongwe	→	Gago Coutinho (Vila Coutinho)
Guruwe	→	Junqueiro (Vila Junqueiro)
Katandika	→	Gouveia (Vila Gouveia)
Gorongosa	→	Paiva de Andrada (Vila Paiva de Andrada)
Matsitsi	→	Maxixe (mais tarde Cidade de Maxixe)
Cokwe	→	Trigo de Morais (Vila Trigo de Morais)
Murakweni	→	Luísa (Vila Luísa)
Kampfumu	→	Lourenço Marques (Cidade de Lourenço Marques)

Compulsando a literatura sobre a matéria, conclui-se que depois das guerras, os estrangeiros tomaram para si as terras e, conseqüentemente, alteraram os nomes destas recorrendo a várias estratégias com destaque para as seguintes:

- i) Atribuição de **topónimos transplantados** - “designativo geográfico que existe como tal em um determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo povo que emigrou ou influenciado pelo mero mimetismo” (Dick, s/d: 83) dá-se o nome de *topónimo transplantado*. Nesta noção está implícito o sentido de ‘deslocamento’ ou ‘mudança’, o sentido de colonização “apagando” ou atirando para o esquecimento o nome original. Levy Cardoso (1961) considera esses nomes transplantados como legítimas segundas vias dos topónimos” originais (das terras de onde são oriundos!).

É assim que vemos na história da toponímia de Moçambique topónimos tais como:

3. Nova Viseu	(Ntelela)
Nova Olivença	(Lupilichi)
Nova Santarém	(Mikava)
Nova Freixo	(Cuamba)
Nova Coimbra	(Namatumba)
Nova Madeira	(Matama)

Duma observação atenta dos dados acima, saltam à vista dois elementos comuns. Por um lado, todos os nomes da lista existem em Portugal. Por outro lado, cada um deles é precedido do adjectivo “nova”, fenómeno bem descrito por Dick [s/d], que afirma que “Como técnica de denominação note-se que o nome estrangeiro, fora do seu território, geralmente recebe o acréscimo dos adjectivos novo/nova, para com isso caracterizar a sua implantação em outro local”. Aliás, esta não é caso exclusivo de Moçambique, aconteceu em muitas partes do mundo onde ocorreu algum processo de colonização,

sendo o mais famoso o de Estados Unidos onde encontramos muitos nomes transplantados da Inglaterra e de outras partes do mundo, ostentando os adjectivos novo/nova, tais como:

4. New Hampshire	('Nova Hampshire')	>	Hampshire (Reino Unido)
New York	('Nova Iorque')	>	York (Reino Unido)
New England	('Nova Inglaterra')	>	England (Reino Unido)
New Orleans	('Nova Orleães')	>	Orleans (França)
New México	('Novo México')	>	México (México)

Nos exemplos acima, a palavra "New" significa nova. Portanto, segunda via do topónimo original alures fora dos Estados Unidos. Este fenómeno dá corpo à afirmação de Backheuser [1952:187] de acordo com a qual "Em qualquer país de emigração, os topónimos deslocam-se, portanto, ou acompanham as levas dos povoadores, o que caracteriza a tão comentada "saudade" da terra natal, ou simplesmente, do elemento humano que emigrou, configurando, neste caso, um típico exemplo de "mimetismo toponímico".

ii) A **superposição toponímica** (Dick, s/d) ou superposição linguística (Levy Cardoso, 1961) – hoje um pouco difícil de se encontrar como exemplo em Moçambique, mas da nossa pesquisa encontramos um nome em que era clara a superposição toponímica. Uma fase inicial de eliminação do topónimo original, porque com o tempo a tendência é ir ignorando a última parte do topónimo, a original, a local.

5. Vila Nova de Montalegre, Valadim, Chiconono

Na verdade, no dia-a-dia, ninguém tem tempo para dizer que vai para um local tão distante quanto o seu nome é longo! Por isso, nos bilhetes de identidade dos últimos colonizados de Chiconono, só vinha Vila Nova de Montalegre, Valadim. Montalegre, nome de uma pacata Vila no norte de Portugal, e Valadim, nome de um sargento (Sargento Flores) português (postumamente promovido a tenente) morto em combate quando, chefiando uma secção de soldados portugueses na tentativa de penetrar as terras de Mataka, no longínquo ano de 1912.

iii. **Complementaridade linguística:** há muitos casos em que não se trata de transplantação ou de superposição toponímica, mas de atribuição de um novo topónimo a

um lugar, sobretudo quando se trata de homenagear heróis do povo imigrante, como se pode ilustrar a seguir:

- | | |
|-----------------------|----------------------|
| 6. Augusto Cardoso | (Metangula) |
| (José Augusto) Cabral | (Lichinga) |
| Lourenço Marques | (Maputo) |
| João Belo | (Xai-Xai) |
| Moçambique | (Ilha de Moçambique) |
| (Rainha) Amélia | (Pemba) |
| (Príncipe da) Beira | (Beira) |
| Trigo de Morais | (Chókwè) |

Os exemplos em (6) mostram que nem sempre os topónimos coloniais resultam de transplantação de topónimos existentes na terra de origem nem de superposição toponímica no sentido visto em (5). Há muitos casos em que superposição toponímica se manifesta sob a forma de complementaridade linguística. Os colonialistas podiam atribuir um nome a uma terra. Enquanto estes usavam o novo nome, os locais continuariam a usar o nome original. Isto, como afirma Ngunga (2010), demonstra que os povos locais não assumiam os nomes estrangeiros como seus, sobretudo quando falassem as suas línguas, não se identificando com eles, como ilustra a tabela que se segue:

Tabela 4: Exemplos de superposição toponímica em Moçambique colonial.

Língua	A	B	Significado
Makhuwa	koorowa o-Ilya te Musampiki	koorowa o-Nihipiti	'vou à Ilha de Moçambique'
Nyanja	Ndinkupita kuAugusto Cardoso	Ndinkupita kuntengula	'vou a Augusto Cardoso'
Rhonga	niya ka Lourenço Marques	niya kaMpfumu	'vou a Lourenço Marques'
Yaawo	nguja ku-Vila Cabral	nguja Kwiiciinga	'vou a Vila Cabral'

Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, tal como se afirma em Ngunga (2012), falando nas suas línguas em Moçambique, os *nyanjas* de Metangula, *rhongas* de Marracuene e *yaawos* de Chiconono nunca diriam A. Mesmo quando o lugar de destino de quem se desloca a partir de um determinado ponto tivesse um nome aparentemente inofensivo como o de Ilha de

Moçambique, os *makhuwas* de Memba dificilmente produziriam a frase em A. Todos prefeririam dizer as formas em B, porque os nomes geográficos são a parte íntima da identidade colectiva que tem de ser preservada até às últimas consequências. Nos casos acima e em outros idênticos, os portugueses nunca usaram os nomes locais e os locais nunca usaram os nomes coloniais, salvo quando falassem a língua colonial. Isto era verdade também quando os locais falassem a língua portuguesa como se pode ver a seguir:

Tabela 5: Exemplos de superposição toponímica em Moçambique colonial.

Língua	A	B
Português	???vou a Nihipi	vou à Ilha de Moçambique
	???vou a Ntengula	vou a Augusto Cardoso
	???vou a Mpfumu	vou a Lourenço Marques
	???vou a Kwiciinga	vou a Vila Cabral

Fonte: Dados da pesquisa

Conquistada a Independência a 25 de Junho de 1975, tendo-se imposto a reposição dos topónimos originais, libertou-se também a língua portuguesa que já aceita a presença no seu vocabulário toponímico muitos daqueles topónimos que antes rejeitava, aqueles que só podiam funcionar nas línguas locais, como se pode ver a seguir:

Tabela 6: Exemplos de superposição toponímica.

Língua	A	B
Português	?vou a Nihipi	vou à Ilha de Moçambique
	vou a Metangula	vou a Augusto Cardoso
	vou a kaMpfumu	vou a Lourenço Marques
	vou a Lichinga	vou a Vila Cabral

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 6 temos um caso particular de Nihipiti. O nome da Ilha de Moçambique, não foi reposto com a independência, embora tenha origem não endógena, a superposição continua. Este facto sugere que os moçambicanos continuam a reconhecer

a origem externa deste topónimo e reivindicam o topónimo original para designar este local. Por isso é que quando falam a língua portuguesa usam um topónimo e quando falam a língua makhuwa usam outro, embora se refiram ao mesmo elemento extralinguístico.

Isto é normal mesmo que os dois nomes não fossem necessariamente coloniais, desde que um deles fosse usado na língua dos colonos, como aconteceu e acontece com a cidade que contempla o Zambeze sentada sobre o jazigo de carvão, Tete, e também com a cidade que se debruça nas margens do rio dos Bons Sinais contemplando a Ilha de Inyasunje, Quelimane. Vejam-se os seguintes exemplos:

7. a) Ine ndidamuwona uyu Konyungwe 'eu viu-o em Tete'
?Ine ndidamuwona uyu Kutete 'eu viu-o em Tete'
b) Miyo dhinzowa Ochuwabu 'eu vou a Quelimane'
?Miyo dhinzowa Okelimani 'eu vou a Quelimane'

Os exemplos em (7a) sugerem que, quando na sua língua, o falante de Nyungwe parece preferir o nome da pequena ilha (Konyungwe), que já pode não fazer parte da geografia local, situada no rio Zambeze defronte da cidade de Tete, para se referir ao nome da cidade que oficialmente (em Português) se chama Tete. Como se sabe, o topónimo Tete já foi escrito milhares de vezes em documentos coloniais e foi pronunciado por muitos colonos. Portanto, neste caso, não obstante o facto de o nome Tete não ser colonial, os *nyungwes* sabem que foi este nome de que o colonialismo se apropriou como se tivesse sido trazido de Portugal, com ele aportuguesou aquelas terras de caniço e seus habitantes nas margens do Zambeze.

Algo idêntico acontece com Quelimane. Falando em Chuwabu, sua língua materna, os nativos da região onde se situa a capital da província da Zambézia jamais usariam a palavra “Quelimane” para se referir a sua cidade capital. A produção de uma frase como a interrogada em (7b) seria uma autodenúncia de que o locutor é um estrangeiro que apenas aprendeu a língua dos *chuwabus* para quem a sua cidade é tão *Chuwabu* como é *chuwabo* o seu povo e a sua língua. Por isso dizem, a partir de qualquer que seja o ponto de partida, **Miyo ddinzowa oChuwabu** ‘eu vou a Chuabo (Quelimane)’.

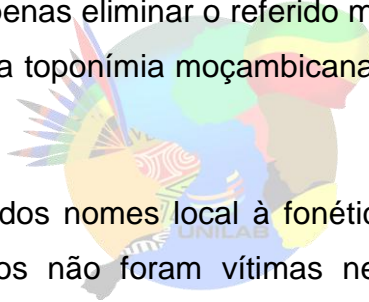
Refira-se que, segundo fontes orais diversas (por exemplo, Paula Viagem, Maria Cila, em comunicação pessoal), a palavra ‘Quelimane’ é uma corruptela da palavra **kalimani** ‘cultivem’ resumo de uma história longa do encontro dos portugueses com as populações locais habitantes de Chuwabu. Tal como acontece com a palavra **tete** (de *nyungwe*) ‘caniço’, a palavra **kalimani** (de Chuwabu e aportuguesada para “quelimane”)

'cultivem' não é portuguesa. Mas o seu uso como topónimo encerra algum significado colonial de que os *chuwabus* nunca aceitaram como nome da sua terra. Por isso, porque a forma mais profunda e íntima de expressar a sua identidade, o seu "Ubuntu" (carácter humano) é a sua língua (Chuwabu), a rejeição de uso da palavra Quelimane como topónimo da sua terra foi uma forma da sua resistência à colonização.

- iv. **Alteração da estrutura dos nomes locais** - Segundo Nascentes [1960:104], "nomes locais alterados na sua estrutura para uma "denominação composta" em que o topónimo local era anteposto por um nome português". Vimos exemplos destes casos em nomes tais como:

8. Santo António de Unango
Santa Teresinha de Namuno
São José de Lhanguene
São Martinho de Bilene

Nos exemplos em (8) mostra-se como os santos europeus foram aqui trazidos e antepostos aos topónimos originais. Nestes casos, o processo de descolonização foi simples. Só uma questão de apenas eliminar o referido material para se ficar com o nome originário. Uma leitura atenta da toponímia moçambicana ainda pode revelar a existência de alguns destes nomes.



- v. **Adaptação fonológica** dos nomes local à fonética da língua portuguesa. Muitos topónimos moçambicanos não foram vítimas nem da transplantação, nem da superposição toponímica e nem sofreram a alteração na sua estrutura, tal como referido acima. Mas foram vítimas da fonologia da língua portuguesa, o que resultou no sacrifício (através da elisão ou alteração do ponto e ou do modo de articulação) de alguns sons para se poderem acomodar no sistema de sons da língua portuguesa.

9. /mbowa+(i)ni/ → mbowani → Boane
/Ncayincayi/ → Ncayincayi → Xai-Xai

Os exemplos acima mostram que alguns sons destes topónimos foram alterados e, em alguns casos, essa alteração foi tão profunda que o falante nativo da língua de que o topónimo é originário até pode ter dificuldades de descobrir o seu real significado ou a forma original da palavra de que provém. Para ser mais concreto, o exemplo em (9) é uma corruptela da palavra derivada de **mbowa** 'folhas de abóbora' mais (i)ni, sufixo locativo onde ou aonde, que significa 'local de folhas de abóbora'. É provável que

mbowani fosse uma região de terras aráveis dadas a uma farta produção agrícola de que resultava grandes quantidades de plantas de abóboras.

O /i/ final, na fonologia portuguesa, geralmente passa para /e/ porque esta língua tolera pouco, a favor de /e/ a presença de /i/ não nasalado nesta posição. Na mesma palavra, verifica-se também a elisão do /w/ que constitui o ataque da segunda sílaba para favorecer o surgimento de um ditongo com é, também é preferência desta língua quando há sequência de vogais.

Também se verifica, finalmente, a elisão da nasal que precede o /b/ na língua, o que é normal, pois na língua portuguesa não existe pré-nasalização de consoantes em posição inicial de sílaba, mas nasalização de vogais, o que faz com que sempre que uma palavra de uma língua com uma pré-nasalização se enquadre na língua portuguesa esta trata de simplificar, desfazendo a pré-nasalização, recorrendo a várias estratégias, incluindo a inserção de vogais ou mesmo sílabas para evitar que a nasal que precede uma consoante ocorra em posição inicial de sílaba, o que também é testemunhado pelo exemplo em (9) que originalmente é **Ncayincayi**.

Importa reiterar aqui a importância do estudo de nomes geográficos não só para compreendermos a história em termos de estudo do passado, mas também como fonte para a compreensão de fenómenos contemporâneos sobre o patriotismo, a cidadania, a auto estima, a unidade nacional, a auto-superação, o espírito de luta por uma causa. Por causa disso, vamos trazer aqui alguns momentos de euforia com o advento da independência, um fenómeno que consistiu na reposição da justiça histórica, através da recuperação de topónimos locais que durante décadas não eram usados em situações ou documentos oficiais. Tais são os casos como os seguintes:

- 10. Porto Amélia (Pemba)
- Vila Cabral (Lichinga)
- Vila Junqueiro (Gurué)
- Vila Coutinho (Ulongwe)
- Vila Gouveia (Catandica)
- Vila Pery (Chimoio)
- Vila Paiva de Andrada (Gorongosa)
- Vila Vidigueira (algures em Massinga)
- Vila João Belo (Xai-Xai)
- Vila Luisa (Marracuene)
- Salazar (Matola)
- ...

Tinha como mote o “desaportuguesamento” do território então libertado, impunha-se também homenagear as figuras marcantes da epopeia libertadora através de seus

líderes, e também alguns eventos e datas marcantes que deram corpo ao processo de libertação. Foi assim que, para dar forma ao processo iniciado em 1975 durante a viagem triunfal do Rovuma ao Maputo do então futuro Presidente da República que seria Popular de Moçambique, se aprovou o Decreto-Lei nº 14/76 de 15 de Abril, “o quadro legal para a alteração da Toponímia”. Portanto, os topónimos cuja alteração tinha sido declarada em comícios populares pelo Presidente da Frelimo ganharam a sua existência legal e outros começaram a ser alterados. É assim que surgem as aldeias, ruas, escolas, pontes, etc., com nomes desses heróis, desses eventos, dessas datas, como se ilustra a seguir:

11. Aldeia Acordos de Lusaka

Aldeia II Congresso
Vila Eduardo Mondlane
Ilha Josina Machel
Avenida Samora Machel
Aldeia 3 de Fevereiro
Avenida 25 de Setembro
Bairro 25 de Junho
Aldeia 7 de Abril
Rua Marcelino dos Santos

Moçambique nós não homenageou apenas os seus heróis directos, homenageou também as personalidades de vários quadrantes do mundo que, de formas diferentes, iluminaram os nossos heróis moçambicanos, apoiaram a luta do povo moçambicano, se identificaram com a justeza da nossa luta do povo moçambicano ou, tal como os moçambicanos, lutaram pela mesma causa contra o mesmo inimigo: a opressão colonial e o imperialismo. Neste grupo, encontramos topónimos tais como:

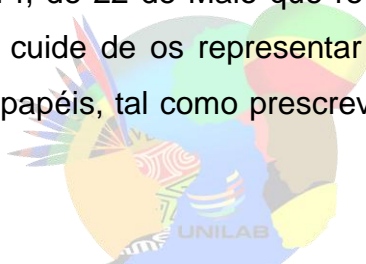
12. Avenida Julius Nyerere

Avenida Kenneth Kaunda
Bairro Luís Cabral
Aldeia Agostinho Neto
Bairro George Dimitrov
Avenida Vladmir Lenine
Avenida Ho Chi Minh
Avenida Olof Palme
Avenida Karl Marx
Avenida Kwame Nkrumah
Avenida Kim Il Sung
Rua de Nachingwea
Rua de Kongwa

Como se vê, a toponímia é uma importante fonte histórica, pois através dela, é possível encontrar respostas a questões que podem requerer explicação informada. Os

exemplos em (11) testemunham quanto apoio internacional proveniente de todos os quadrantes do mundo progressista à luta do povo moçambicano pela conquista da sua independência e da sua liberdade recebeu. Mas isso foi durante a luta armada de libertação nacional, o que foi muito importante. Conquistada a independência, impõe-se desencadear outro movimento, o de reconhecimento da nossa história. Agora, a par deste movimento de resgate da nossa história recente através de “desaportuguesamento” da toponímia.

Infelizmente, é preciso registar com preocupação a indecisão que caracteriza o processo de fixação gráfica dos topónimos das línguas moçambicanas, que constituem a base incontestável da nossa moçambicanidade. Basta de sacrificar os topónimos originariamente moçambicanos para os acomodar na fonética e na fonologia da língua portuguesa como se eles não tivessem identidade própria, a identidade dos moçambicanos que falam as línguas na qual eles foram inventados. Se os topónimos são “elementos de identificação, orientação, comunicação e localização de objectos geográficos” (Decreto-Lei 1/2014, de 22 de Maio que revoga o Decreto-Lei 14/76, de 15 de Abril), é importante que se cuide de os representar graficamente de forma correcta para que eles cumpram esses papéis, tal como prescreve o número 1 do artigo 7 da Lei 1/14, de 22 de Maio.



3 Alguns desafios do INGEMO no trabalho sobre a toponímia moçambicana

Chegados aqui, é mister lembrar que em 2012 afirmámos que era importante criar-se uma instituição a nível do governo para cuidar do assunto da toponímia moçambicana no contexto da nossa diversidade linguística para se recolocar a história de Moçambique em cada palmo do nosso território. Esta medida, responderia à decisão da I Conferência Internacional do Grupo de Peritos das Nações Unidas realizada em Genebra, em 1967 que recomendou que os países deveriam criar instituições responsáveis pela padronização de nomes geográficos (Ngunga, 2012).

Hoje, estamos felizes por saber que essa instituição já foi criada pelo decreto 83/2009 de 29 de Dezembro, o que por si só não responde aos desafios que a questão da toponímia, que vezes sem conta provoca discussões apaixonadas, pois é preciso munir a instituição de recursos humanos e materiais para fazer valer a sua missão. Essa de regatar a história de todo um país que lutou para se libertar e precisa de completar o

processo que levou muitos dos seus filhos a optar pela luta armada; desplantar alguns nomes, desfazer a superposição toponímica eliminando o supérfluo para deixar o nome original tal como sempre existiu, repor a estrutura dos nomes, desadaptar os nomes à fonologia da língua portuguesa, produzir material de leitura sobre a toponímia dos vários lugares de Moçambique, preparar brochuras sobre os nomes geográficos dos vários lugares para disponibilizar aos visitantes que se façam aos distritos, cidades, vilas e localidades fazem parte, entre outros, dos desafios do INGEMO. O INGEMO tem de buscar parcerias contactando instituições congéneres para troca de experiências sobre a gestão de assuntos que fazem parte do seu objecto de trabalho.

Um estudo sobre a escrita de topónimos de Moçambique e proposta à luz da ortografia padronizada das línguas moçambicanas seria um importante presente para o povo moçambicano que há quarenta anos vê a sua história a ser escrita devagarinho mesmo nos casos em que se impõe alguma urgência sob o risco de as gerações vindouras se perderem completamente no emaranhado da sua história.

Aliás, uma discussão sobre topónimos num país antes colonizado não fica completa se não se revisitar os antropónimos, uma vez que muitos topónimos são oriundos de antropónimos. E como foi dito, se o nome veio com a colonização como forma de demonstração de força, de conquista e de dominação, como marco ou bandeira da presença colonial, ele se deveria apagar quando se apagou a presença de que o impôs. Se há vestígios do colonialismo que podem ser toleráveis como a língua que é um objecto colectivo, o país precisa de desfazer-se dos topónimos que homenageiam os heróis da colonização. Passada a euforia da independência, está-se em momento de reconstrução da pátria, incluindo a (re)construção da história e da cultura, da identidade moçambicana.

Seria aconselhável que os topónimos das novas unidades administrativas, das avenidas, do novo património edificado, não mais transportassem a pesada carga política-partidária, mas fossem nomes que exaltassem os valores de unidade nacional, da paz, da reconciliação nacional e harmonia social, reflectissem, enfim, a nossa diversidade e, sobretudo o nosso compromisso colectivo de vivermos eternamente juntos como a história nos destinou. Portanto, a história de Moçambique ganharia e, quanto a nós, todo o povo moçambicano, se os próximos topónimos não fossem conotados com visões sectárias de quem está hoje no poder só porque está no poder, mas de quem está hoje no poder e que representa as aspirações de todo o povo moçambicano.

É lógico que o país continuará a produzir heróis nas várias frentes de política, arte, academia, defesa, produção. Esses heróis deverão ser heróis colectivos dos moçambicanos para os feitos serem reconhecidos e seus nomes imortalizados através da sua transformação em topónimos. A história local também deverá ser reconhecida como algo de importante na vida das comunidades que diariamente produzem os seus heróis das várias dimensões. Vamos todos construir a nossa história! Como qualquer povo, os moçambicanos, precisam de construir um Moçambique forte alicerçado no passado e de olhos postos no futuro. Resumindo, a toponímia moçambicana tem de ser lugar de paz e de estabilidade, o que só será possível se tiver paralelismo com a diversidade linguística que é inegável em Moçambique.

Conclusões

Aqui fica uma proposta de estudo de um período de cento e vinte cinco anos da história de Moçambique que começa com a ocupação efectiva (1895), passando pelas lutas de resistência (antes de 1962), luta armada de libertação nacional (1964-1974) até à independência nacional (1975). E fica aqui demonstrado que os nomes em geral, e os nomes geográficos, em particular, podem ser fontes históricas. E uma vez que ao longo deste período todo o povo moçambicano nunca desistiu de lutar pela sua dignidade, pelo seu lugar na história universal como povo, cujo principal distintivo é a diversidade, a multiculturalidade, o multilinguismo, fica aqui um apelo premente: A geração de hoje não tem o direito de ser egoísta. Tem a obrigação de ser solidária para com as gerações vindouras a quem devem deixar como legado um país com uma identidade, com um nome escrito nas línguas que fazem o conjunto deste mosaico cultural. Há uma lei (1/2014, de 22 de Maio, que orienta como os topónimos devem ser atribuídos aos vários lugares. É indispensável que se estude a lei, que se siga a lei na apresentação de qualquer proposta de topónimo.

Referências

ALMADA, José. (2006). "Importância da Padronização para a Língua e o Ensino. In Grupo para a Padronização do Alfabeto". in *Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo Verdeano*, Praia. Cabo Verde: IIPC, pp.187-223.

- BACKHEUSER, Everardo Adolfo. (1952). "Topnímia. Suas regras. Sua evolução". *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e história. Vol. IX, X (23), p 187.
- BAYLY, A. e Ca., Lda. (eds.).1972-1973: *Anuário do Estado de Moçambique*: Informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas. 51ed., Lourenço Marques (s/editora).
- CABRAL, António.(1975). *Empréstimos Linguísticos nas línguas Moçambicanas*. Lourenço Marques: Empresa Moderna.
- CARDOSO, Armando Levy. (1961). "Toponímia brasílica", R. de Janeiro: *Biblioteca do Exército Edit.*, pp. 132-133.
- CARDOSO, Pedro.(2005). *Atlas da Lusofonia – Moçambique*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica e Editora Prefácio
- CASTELLS, Manuel.(1989). *The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process*. Oxford: Basil Blackwell Publishers.
- CONSELHO COORDENADOR DO RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO 1983: *1º Recenseamento Geral da População – Informação Pública*. Maputo: DNE
- DICK, Mari Vicentina de Paula do Amaral.(2010). *Origens históricas da toponímia brasileira. Os nomes transplantados*. Brasil: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FIRMINO, Gregório Domingos.(2000).*Situação Linguística de Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- GONÇALVES, Perpétua & Feliciano CHIMBUTANE (Organizadores).2015. *Multilinguismo e multiculturalismo em Moçambique*. Maputo: Alcance Editores.
- INE.(2010). *Dados do Recenseamento Geral da População*. www.ine.gov.mz
- INSTITUTO NACIONAL DE PLANEAMENTO FÍSICO (ed.). 1986: *Moçambique: Divisão Territorial*, Maputo: Instituto Nacional de Planeamento Físico, Direcção Nacional de Geografia e Cadastro, Ministério da Administração Estatal.
- KATUPHA, José Mateus Muária. (1988). "O panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política linguística apropriada". *Lua Nova: Artes e Letras*. p.27-32. Maputo.
- LIPHOLA, Marcelino Marta. (1995). "Utilização das línguas moçambicanas no processo eleitoral". In: Mazula, Brazão (ed.). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group, p.277-302.

LIPHOLA, Marcelino Marta. (2009). Desafios na Gestão do Património Linguístico em Moçambique. Comunicação apresentada na II Conferência Nacional sobre a Cultura. Maputo, 14-16 de Maio.

LOPES, Armando Jorge Lopes. (1999). "The Language Situation in Mozambique". In R. B. Kaplan and R. B. Baldauf, Jr., (eds.). *Language Planning in Malawi, Mozambique and Philippines*. p. 86-131. III Series: Multilingual Matters (Series):113. Short Run Press, Ltd. Great Britain.

MANGUEZE, Miguel (2009). "Novos topônimos para cidade das acácias". Maputo: In *jornal @ Verdade*. De 10 de Julho de 2009, Maputo.

MARINIS, Hélène (1981). *Línguas Bantu: sua história sua classificação*. MS. Maputo:

NELIMO, Universidade Eduardo Mondlane

MATSINHE, Sozinho. (2005). "The Language Situation in Mozambique: Current Developments and Prospects". in Birgit Brock-Utne & Rodney K. Hopson (Eds.). *Languages of Instruction for African Emancipation: Focus on Postcolonial Contexts and Considerations*. The Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS). p. 119-147.

NASCENTES, Antenor. (1960). "A saudade portuguesa na toponímia brasileira". *Letras*. Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Paraná, nº 11, pp. 104-107.

NELIMO.(1989). *Relatório do I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: NELIMO/INDE.

NGUNGA, Armindo. (2012^a). "Os nomes geográficos e a escrita de línguas moçambicanas". In: Teresa Manjate e Carlos Bavo(Eds.). *Actas da Conferência: Desenvolvimento e Diversidade Cultural em Moçambique – Homogeneidade global e diversidade local*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 236-255.

NGUNGA, Armindo. (2012b). "Os desafios da investigação linguística em África: O caso de Moçambique". Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre *A Pesquisa na Universidade Africana no Contexto da Globalização: Perspetivas Epistemológicas Emergentes, Novos Horizontes Temáticos, Desafios*. Painel: Novas formas de pesquisa linguística na África atual em termos teóricos e metodológicos e dificuldades de ensinar línguas africanas em universidades. S. Paulo: CEA-USP, 3 a 5 de Setembro.

NGUNGA, Armindo. (2011). "Monolingual education in a multilingual setting: The case of Mozambique", *Journal of Multilingual Discourse*. Vol. 6, Nº. 2, July 2011, pp. 177-196.

- NGUNGA, Armindo (2009). "The Role of African Languages in de Development of the Continent". In Margarida Maria Taddoni Petter & Ronald Beline Mendes (Eds.). *Proceedings of the Special World Congress of African Linguistics: Exploring the African Languages Connection in the America*, S. Paulo: Editora Humanitas, pp. 85-93.
- NGUNGA, Armindo (2002). "Papel da língua na manutenção da Paz". In: Brazão Mazula (Coordenador). *Moçambique: 10 Anos de Paz*. Vol 1. Pgs. 3-16. Maputo: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- NGUNGA, Armindo. (1992). "Breves notas sobre a situação linguística de Moçambique". In *Jornal Notícias*. 28/2/92.
- NGUNGA, Armindo. (1987). As línguas Bantu de Moçambique. *Limani: Linguística e Literatura*, vol. 2, p.59-70.
- NGUNGA, Armindo & BAVO, Názia. (2011). *Práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Colecção As nossas Línguas IV, Maputo: Centro de Estudos Africanos.
- RAFAEL, Paulino Bata.(2014a). "Nomes geográficos do Gitonga, Citshwa e Cindau: Classificação Taxonómica", Comunicação apresentada na III Conferência Internacional: Dinâmicas Sociais em África: Rupturas e continuidade, 19 a 20 de Novembro de 2014, Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- RAFAEL, Paulino Bata. (2014b). Padronização dos Nomes Geográficos em Moçambique. (Ms.) Maputo: Instituto de Nomes Geográficos de Moçambique
- RAFAEL, Paulino Bata. (2015a). Morfosemântica dos Nomes Geográficos do Gitonga. Dissertação de Mestrado em Linguística (Não publicada). Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Universidade Eduardo Mondlane
- RAFAEL, Paulino Bata.(2015b). "Standardization of Geographic Names Spelling in Mozambique", *United Nations Group of Experts on Geographical Names (UNGEGN) Bulletin* No. 48, May 2015. p: 42-43,
- S/A. (2014). Decreto-Lei nº 1/14, de 22 de Maio. Boletim da República. I Série – Número 41.
- S.A. (2014) "Glossário da do Decreto-Lei no 1/2014, de 22 de Maio, que regula a plicação de princípios, critérios, competências e procedimentos para a atribuição e alteração de topónimos", *Boletim da República*, I Série, Nº 50, de 23 de Julho de 2014
- S/A. (1976). Decreto-Lei nº 14/76, de 15 de Abril. Boletim da República. I Série – Número 44. Wikipedia: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lingu%C3%ADstica>. Acesso em: 28 jun. 2016.

VELOSO, Teresa. (1996). *Educação não-formal: informação básica sobre o uso das línguas na educação não-formal*. Ms. Ministério da Educação. Maputo: Direcção Nacional de Ensino Primário.

YAI, Olabiyi Babalola. (1983). *Elements of a policy for Promotion of National Languages*. UNESCO.

WIKIPEDIA. (2016). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lingu%C3%ADstica>>. Acesso em: 28 jun.2016.

Recebido em: 12/02/2021

Aceito em: 24/04/2021

Para citar este texto (ABNT): NGUNGA, Armindo. A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique. **Njinga & Sepé**: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 1, p.38-62, jan./jun. 2021.

Para citar este texto (APA): Ngunga, Armindo. (2021, jan./jun.). A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 1(1): 38-62.

